

“MAS É SEXO?” SEXUALIDADE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS NO CAMPO DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Fernanda Farias dos Santos¹
Cristiane da Silva Cabral²

RESUMO

Desde o início das lutas por direitos de movimentos feministas e pela diversidade sexual, as mulheres lésbicas e bissexuais têm reivindicado atenção às suas sexualidades e especificidades. Contudo suas demandas em termos de ações e políticas públicas no campo da saúde foram sendo deixadas em segundo plano. Com o objetivo de entender quais as principais questões permeiam a discussão sobre sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais e as mudanças dos últimos 20 anos, foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo e Lilacs com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. Os resultados apontam que apesar da sexualidade lésbica e bissexual e suas especificidades terem sido incluídas em discussões e políticas públicas, houve poucos avanços, mantendo a invisibilidade e negligência de muitas demandas. Demonstram como o desejo, as práticas e as identidades de mulheres fora de uma construção heteronormativa ou sem um propósito reprodutivo podem gerar situações de discriminação, exclusão e sofrimento, que somados a outros marcadores sociais, intensificam a vulnerabilidade individual e social a que estas mulheres estão expostas. Além disso, revela como profissionais da saúde ainda encontram dificuldades e despreparo durante a formação e no fazer profissional para lidar com práticas fora de uma normatividade, e também como a família muitas vezes figura como mais um espaço de marginalização dessas mulheres. Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento de ações específicas para propiciar a essas mulheres, um exercício da sexualidade de forma informada, agradável e segura.

Palavras-chave: Sexualidade, Lésbicas, Bissexuais, Saúde

1 Mestranda em Saúde Pública na Universidade de São Paulo - USP, fernandafarias.s@usp.br;

2 Professora do Departamento Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP), cabralcs@usp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir sobre as principais questões e temas que permeiam o campo da saúde em relação à sexualidade e saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais no início do século XXI. A investigação foi realizada a partir de levantamento bibliográfico nas bases Scielo e Lilacs. No entanto, apresento na primeira parte deste texto alguns acontecimentos da virada e início do Século XXI que servem de contexto para pensarmos a relação da homossexualidade feminina com a saúde.

Em 1996, aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), um encontro nacional de mulheres lésbicas com o objetivo de construir coletivamente ações em busca de direitos, dignidade e liberdades de expressão. Em abril de 2014, foi realizada em Brasília a oficina Atenção à Saúde Integral de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, promovida pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério da Saúde (MS), tendo como objetivo o desenvolvimento de materiais para promoção e atenção à saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais. Em junho de 2018, em São Paulo, as participantes da 16ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais entoaram “sou sapatão eu corto as unhas curtas pra não machucar moção”.

A sexualidade feminina durante muito tempo foi vista apenas como finalidade reprodutiva ou a serviço do prazer masculino. Transformações sociais e movimentos feministas vêm ao longo dos anos demarcando a ideia das mulheres como protagonistas do exercício de suas sexualidades, as quais são pleiteadas também como práticas de prazer e de expressão, tirando a exclusividade do caráter reprodutivo ou de passividade.

Políticas Públicas voltadas para mulheres e para LGBTQIAPN+, ainda que reconheçam a existência de mulheres lésbicas e bissexuais e validem suas práticas, tratam a questão de forma mais superficial, sem atenção às suas particularidades (Facchini e Barbosa, 2006). Além disso, grande parte dos investimentos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e promoção da saúde sexual, incluindo Campanhas Públicas e as iniciativas de Educação Sexual, foca e utiliza como indicativos de efetividade o uso de camisinhas externas, o controle da concepção e a não transmissão ou controle do vírus do HIV.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais ligados à pautas feministas, raciais e de trans e homossexualidade se intensificam nas lutas por reconhecimento de suas existências e acesso à direitos em diversos âmbitos, como saúde, escolarização, socialização, acesso e proteção social. Assim, na virada do século e início do século XXI acompanhamos uma série de transformações sociais

em diversos âmbitos, advindas dessas lutas. No cenário Nacional podemos citar o estabelecimento de Políticas Públicas como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2012) e Programa Brasil sem Homofobia em 2012; e também a promulgação no Estado de São Paulo, da Lei 10.948/2001, que prevê punição para toda discriminação praticada contra indivíduos homossexuais, bissexuais ou transexuais.

A partir dos anos 2000 podemos acompanhar também na mídia como tem se tornado mais ampla a presença de personagens homossexuais em séries, filmes e literatura, e como é cada vez mais frequente que artistas se posicionem mais abertamente quanto a sua sexualidade. Nas discussões acadêmicas e naquelas que acontecem via redes sociais é possível perceber o adensamento das questões de sexualidade e identidade sexual, muito embasadas e estimuladas pelas teorias de gênero e teorias *queer*, ampliando e complexificando o questionamento quanto às definições de homem/mulher, masculino/feminino, formas e práticas da sexualidade. Esse contexto de transformações sociais gera o questionamento de como essas perspectivas sobre sexualidade tem se refletido nas discussões acadêmicas e práticas profissionais na área da saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

Podemos entender a sexualidade como uma dimensão da experiência dos indivíduos a partir da relação dos desejos, práticas e identidades com os aspectos culturais, sociais e históricos dos contextos nos quais estão inseridos. Os sujeitos vão se constituindo de forma plural a partir das diferentes possibilidades de significação e experiências da sexualidade. Nesses contextos, porém, são estabelecidas normas e regimes para definir padrões de comportamento e controle dos corpos (Foucault, 2007 [1976]). As diferenças entre os sujeitos serão exaltadas para justificar as desigualdades entre os indivíduos e grupos (Silva, 2017). A intersecção entre categorias como gênero, raça, classe social, geração, orientação sexual e identidade vão sendo também classificadas socialmente e definindo quais são os corpos, os desejos e as práticas mais ou menos aceitas por aquele contexto. Rubin (1984) aponta a presença de um sistema hierárquico, no qual algumas sexualidades e experiências são vistas como mais “aceitáveis” e “corretas”; outras são vistas como discutíveis e ora mais próximas do aceitável, ora mais distantes; e, por fim, há aquelas que são repudiadas e não merecem figurar como possibilidades, devendo ser invisibilizadas, desvalorizadas, reprimidas até que sejam dizimadas. É a partir dessa hierarquização que se estabelecem e se mantêm as relações de poder que criam desigualdades, preconceitos e discriminações.

Essas normas e hierarquizações não são no entanto, estáticas, se alteram conforme tempos e espaços históricos e também a partir de tensionamentos criados pelos próprios indivíduos enquanto agentes ativos em seus contextos, resistindo aos discursos opressores e as relações de poder e exigindo o direito à exercerem seus desejos, identificações, expressões e sexualidade de forma livre, sem discriminação e violências (Silva, 2017).

Dentre as transformações sociais no campo da sexualidade podemos destacar aquelas referentes às visões e perspectivas sociais sobre a homossexualidade. A partir do início do século XX, a homossexualidade passa a ser entendida como uma condição médica, um desvio na sexualidade normal, estudada por profissionais da saúde (sobretudo psiquiatria) e da psicologia (Trevisan, 2011). Nesse momento surgem diversas teorias que explicam os motivos que levam a esse “desvio” e também as possíveis formas de tratá-lo ou “curá-lo” (Fry e Macrae, 1985). Mais próximo ao final do século XX, essas concepções vão sendo questionadas, em especial pelos movimentos feministas e gays das décadas de 1980 e 1990, e a pressão social leva a uma necessidade de definir e agir para com essas pessoas de forma diferente (Facchini, 2005). Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira então a homossexualidade (ou homossexualismo como chamado à época) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia no Brasil formaliza, a partir da resolução 01/1999, o posicionamento de que as práticas homossexuais não constituem doença, distúrbio ou perversão, mas fazem parte da identidade e experiência de cada sujeito, devendo ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais de psicologia.

O entendimento da homossexualidade como possibilidade de vivência dos sujeitos e esses sujeitos como pessoas a quem deveriam ser garantidos direitos foi se ampliando também dentro do campo acadêmico, legislativo e de políticas públicas. Diversos estudos foram realizados sob essa nova ótica e algumas políticas públicas em âmbito nacional implementadas. Vale destacar que esse movimento de transformação no entendimento da homossexualidade e da luta de direitos para os sujeitos não é isolado, mas se constrói em conjunto e no bojo de movimentos feministas e das lutas de pessoas trans e travestis. Dessa forma, muitas vezes as pautas sobre homossexualidade aparecem em discussões e estatísticas que abarcam e defendem também outras experiências da Diversidade Sexual e de Gênero, ou seja, dentro do que chamamos atualmente de Movimento LGBTQIAPN+ (Movimento de pessoas: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários, + outros grupos e variação de gênero e sexualidade).

Na perspectiva do gênero, é possível visualizar de forma contundente as normas e padrões estabelecidos e também algumas transformações das últimas décadas. Scott (1995) afirma que “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, (...) sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 82). Assim, o conceito de gênero pode ser múltiplo e abrangente ao abarcar significados atribuídos, contextos culturais e sociais e relações de poder. Os discursos normativos, nessa dimensão, vão ter como objetivo moldar os corpos e ditar como devem se expressar os gêneros e também as experiências de sexualidade de ambas as categorias dicotômicas (homem e mulher) (Silva 2017).

As diferenciações entre homens e mulheres começam desde antes de seu nascimento e se reforçam a partir das normas e socialização na infância e juventude. As famílias ou genitores decidem a cor das roupas, objetos, quais brinquedos comprar e elaboram uma expectativa de futuro baseado no gênero presumido que a criança que está para nascer terá. Após o nascimento, essas expectativas e os papéis de gênero são reforçados e atividades e comportamentos cotidianos serão reprimidos ou incentivados a partir da atribuição do que são “coisas de menino” ou “coisas de menina”. Geralmente se espera que as meninas sejam mais “dóceis” e femininas, atendam a padrões de beleza muitas vezes irreais e tenham uma postura voltada para o cuidado e a reprodução da vida em si e dos padrões hegemônicos de valores e comportamentos.

Ao mesmo tempo em que ideais de feminilidade e docilidade são reforçados, corpos de mulheres seminuas, em posições quase sexuais são expostos em diversos espaços sem pudores ou incômodos de boa parte do público. Essas imagens aparecem tanto como disseminação da ideia do corpo padrão e a ser alcançado (ainda que seja quase inalcançável) como atreladas à venda de produtos, como carros, cerveja, produtos de higiene. Essa disponibilização do corpo feminino ajuda a manter e disseminar a ideia desse corpo como objetificado, submisso e sexualizado (Oliveira, 2018). De acordo com Bozon (2004) e Silva (2017), essa oposição e diferenciação vai fazer com que homens sejam associados à atividade sexual de forma ativa, enquanto as mulheres são associadas a passividade, sendo vistas como objetos do desejo ou sujeitos com menor desejo sexual.

Movimentos de direitos e movimentos culturais vão impulsionando uma transformação sobre o “feminino” e a afirmação de mulheres enquanto sujeitos sexuais, com desejos mais ou menos intensos e com o direito de exercer suas sexualidades de forma autônoma, livre, em prol de seu próprio prazer e de forma a ser respeitada e não discriminada e violentada.

Um marco importante nesse sentido é a noção de direitos sexuais e reprodutivos. Seu conceito nasce no bojo das discussões de Direitos Humanos da década de 1990 e consolida-se a partir da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994 e da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim 1995. Assim, na perspectiva dos direitos reprodutivos propõe-se que “toda pessoa tenha a liberdade de escolha para definir como, quando e quantos filhos querer (incluindo não ter filho algum)”. A discussão entorno da perspectiva dos direitos sexuais traz à tona a possibilidade da separação entre sexo e reprodução, o que permite a visibilidade e atenção às sexualidades não reprodutivas, individuais e não-heterossexuais (Correa, Alves e Jannuzzi, 2006).

A partir dessas discussões chega-se também ao conceito de saúde sexual, que pode ser entendida como:

“a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica numa abordagem positiva da sexualidade humana e no respeito mútuo nas relações sexuais. A saúde sexual valoriza a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa. Ela é enriquecedora, inclui o prazer, e estimula a determinação pessoal, a comunicação e as relações” (Hera, 1999 apud Alvarenga, 2013).

Ao falar de sexualidade e gênero é importante o reconhecimento das existências e vivências da transgeneridade e o entendimento das diferenças e especificidades das vivências trans e cisgêneras. Questões de sexualidade, corporalidade e expressão são atravessadas por diferentes fatores nessas vivências, tanto no sentido de trajetórias e experiências com desejos e comportamentos, quanto na construção, acesso e vivências sociais. Este artigo coloca foco nas vivências de mulheres cisgêneras, no sentido de explorar um determinado recorte de gênero e sexualidade e priorizar discussões sobre sexualidade não falocêntrica. Apesar disso, entende-se como urgente as discussões e pesquisas que investiguem questões de saúde de pessoas trans e não binárias, em especial, àquelas com corpos com vaginas.

METODOLOGIA

A investigação do tema foi feita a partir de levantamento bibliográfico, com sistematização de textos consultados em duas bases de dados de artigos

científicos e uma releitura do ainda atual “Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade” elaborado pelas pesquisadoras Regina Faccini e Regina Barbosa, e publicado em 2006 pela Rede Feminista de Saúde. Este dossiê apresenta um levantamento dos estudos populacionais, epidemiológicos e qualitativos de diferentes áreas do conhecimento sobre saúde de mulheres lésbicas, levando em consideração o período das últimas décadas do Século XX e primeiros anos do século XXI no contexto brasileiro e internacional..

Para analisar as publicações mais recentes sobre o tema, foi feita uma consulta nas plataformas de artigos científicos Scielo e Lilacs, principais referências no campo da saúde, entre fevereiro e março de 2023, com os descritores “homossexualidade” e “feminina”. No Scielo foram encontrados 52 artigos e no Lilacs, o resultado foi de 505. Para melhor verificação dos resultados, a pesquisa do Lilacs foi filtrada para artigos dos últimos 10 anos, o que resultou em 265 artigos publicados.

Os artigos do levantamento bibliográfico de 2023 foram comparados com os resultados do Dossiê de 2006 e agrupados em 3 blocos a partir da aproximação de temas e discussões. Esses agrupamentos permitiram a comparação das temáticas discutidas nos diferentes momentos históricos (final do século XX e início do século XXI) e a observação da permanência de certos temas e do surgimento de novas questões no campo da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro bloco temático aborda as *Relações Familiares e Sociais*. No levantamento bibliográfico, apareceram estudos sobre famílias homoparentais (Santos, 2018) e as experiências de maternidades lésbicas, tanto em experiências de gravidez (Carvalho, 2018) como em escolhas por adoção (Cecílio e Scorsolini-Comin, 2022). Foram encontrados artigos sobre relacionamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo, discutindo trajetórias de vida, afetos e situações de violência por parceria íntima (Silva e Menandro, 2021; Furukawa, Pessoa e Komatsu, 2022). Sobre a relação com as famílias de origem, os estudos apresentaram a dinâmica das famílias de homossexuais e pessoas trans a partir do reconhecimento de suas identidades e práticas, e as consequentes reações de aceitação ou rejeição, muitas vezes de maneiras violentas por parte dessas famílias (Oliveira e Barreto, 2019; Silva Luévanos, 2018). Importante mencionar que os estudos outrora levantados pelo Dossiê de 2006 (Facchini e Barbosa, 2006) não discutem especificamente as relações familiares, porém apontam como a família pode ser um dos locais nos quais as mulheres sofrem discriminações e violências. Sobre

esse aspecto, tanto o dossiê de 2006 quanto o levantamento da literatura recente apontam como é presente a violência e discriminação no cotidiano dessas mulheres, não só no ambiente familiar mas também em outros espaços como trabalho, escola e serviços de saúde. O Dossiê aponta ainda que essas mulheres “não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada” (p. 23). Os estudos concluem que essas experiências podem levar a sofrimentos psíquicos e afetar negativamente a saúde mental dessa população.

Um segundo conjunto agrupa artigos que tratam sobre as *concepções de estudantes e profissionais de áreas da saúde* (enfermagem, medicina, psicologia) sobre a homossexualidade e a diversidade sexual. Além das concepções, foram estudadas as atuações destes profissionais e as dificuldades encontradas nas suas experiências para a atenção à saúde de LGBT's (Gomes e Tesser Junior, 2022). Por fim, alguns artigos teceram críticas e reflexões sobre as produções de conhecimento e teorias que conceituam a homossexualidade (Santos e Menezes, 2022), em especial às que propõe “terapias de conversão” (Garcia e Mattos, 2020). É relevante a presença de artigos que discutem o impacto da despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução 01/1999) na atuação desses profissionais (Cassal, Bello e Bicalho, 2020). De forma geral, esses artigos apontam as dificuldades, preconceitos e discriminações ainda presentes na atuação de estudantes e profissionais, a necessidade de incluir discussões sobre diversidade sexual na formação dos profissionais de saúde e propõe que sejam realizadas ações que possam auxiliar e implicar os profissionais já atuantes na mudança de perspectivas. No Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), as autoras apontam como os estudos das décadas de 1950, 1960 e 1970 se debruçaram em buscar a etiologia da homossexualidade nas mulheres, sendo que somente em 1985 foi publicado o primeiro artigo que se preocupava com saúde de mulheres lésbicas, não aparecendo antes as discussões sobre formação e atuação profissional na área da saúde.

Em um terceiro bloco, estão reunidos os artigos que tinham como tema principal o *acesso à saúde*, sendo esse a maior parte dos resultados encontrados na busca nas plataformas consultadas. Muitos dos artigos encontrados com esse tema discutiam sobre as experiências de homens gays, homens que fazem sexo com homens e pessoas trans. Alguns artigos apresentaram as políticas públicas existentes para a população LGBT e as dificuldades encontradas para a implementação delas (Carvalho e Barreto, 2021; Laurentino, 2021), assim como a participação dos movimentos sociais no desenvolvimento destas políticas (Gomes, 2022).

Com relação ao acesso de mulheres lésbicas e bissexuais aos serviços de saúde, os estudos vão apontar as dificuldades encontradas nos serviços e em especial no atendimento ginecológico, como a sensação de desconforto e constrangimento das mulheres ao conversar com médicos sobre suas práticas, muitas vezes não revelando suas práticas homossexuais. Há também o registro de um menor encaminhamento para exames (como papanicolau) e a percepção das mulheres de que não haveria necessidade de atenção à saúde sexual, pois as relações com mulheres as liberaria do risco de gravidez e de IST's (Teixeira, 2014; Parenti et al, 2023).

Quanto à saúde sexual e reprodutiva, as pesquisas investigaram a relação entre práticas homossexuais femininas e IST's. Nos estudos apresentados no Dossiê (Facchini e Barbosa, 2006), uma parte das pesquisas apontavam como mulheres que nunca tiveram contato com homens também apresentavam IST's, ainda que em menor frequência que as mulheres heterossexuais. As autoras colocam em destaque as IST's como um problema de saúde também das mulheres lésbicas. Outra parte dos estudos buscava entender quais fatores poderiam estar associados à presença de IST's, como número de parcerias, frequência sexual e tipos de práticas, mas sem indicar conclusivamente um fator específico. Os estudos mais recentes, majoritariamente de cunho qualitativo, observaram o quanto a noção de menor vulnerabilidade às IST's permanece entre as mulheres, verificando que há um desconhecimento delas quanto às possibilidades de transmissão de IST's nas relações homossexuais e a percepção por parte da maioria de que tais relações não apresentam grandes riscos à saúde biológica.

Os estudos recentes também investigaram a vulnerabilidade e possibilidade de infecções nas práticas homossexuais (Mora e Monteiro, 2014; Almeida, 2009; Andrade et al, 2020). Dois estudos realizaram exames clínicos a fim de identificar a incidência de infecções e correlacionar com as práticas sexuais das mulheres. Em um dos estudos, que investigou mulheres com e sem práticas homossexuais (Maia, Pinheiro, Sales e Passos, 2020), a conclusão foi que o desfecho de contaminação estava mais ligado a outros fatores da vida dessas mulheres (como acesso à informação e uso de preservativos). No outro estudo, realizado apenas com mulheres com práticas sexuais com outras mulheres (Ignacio et al, 2018) percebeu-se a grande incidência de vaginose bacteriana, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto para maior exploração da correlação identificada.

Foram investigadas também as práticas de cuidado e ações no sentido da promoção da saúde sexual e prevenção de IST's (Rufino et al, 2018; Carvalho et al, 2013). Foi identificado nos artigos que exploraram as relações sexuais com barreiras ou ações de prevenção a IST's, que as perguntas feitas as participantes ou os

focos de análises geralmente foram em barreiras e métodos pré-estabelecidos, comuns às práticas sexuais com pênis (como uso de camisinha e anticoncepcionais), sendo pouco o espaço de exploração de outras estratégias de cuidado utilizadas por essas mulheres. Por fim, há pouca discussão sobre o tema da iniciação sexual e apenas um artigo tratava sobre esse assunto (Montes e Aguirre, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, podemos perceber um aumento na discussão sobre as vivências de lésbicas e bissexuais e a sua relação com a saúde nas últimas décadas. A principal mudança desse período é o distanciamento da preocupação de como se constituem os desejos e experiências homossexuais para uma atenção maior ao impacto de preconceitos e discriminações e para o cuidado e a promoção da saúde.

Apesar de percebemos essa mudança na perspectiva das discussões acompanhada de um adensamento das investigações ligadas à saúde (como a relação com às IST's, práticas de cuidado e saúde mental), os resultados das pesquisas ainda trazem cenários muito parecidos com os de 20 e 30 anos atrás.

Mesmo com diversos avanços no campo dos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+’s há ainda por parte das estruturas sociais uma visão da sexualidade feminina como relacionada apenas às questões relativas à reprodução, e invisibiliza ou trata com menos atenção as experiências sexuais não normativas ou ligadas à uma agência e protagonismo dessas mulheres.

Apouca visibilidade das vivências e a escassez de ações voltadas às demandas específicas de mulheres lésbicas e bissexuais mantêm contextos e experiências de vulnerabilidade e reforçam preconceitos e discriminações. Essas experiências vão ter impactos na saúde sexual e mental, além das vivências em diversos grupos sociais.

Ao contrapor esses resultados com as perspectivas de Direitos Sexuais e de Saúde Integral podemos afirmar que há ainda uma necessidade de maior entendimento de demandas e desenvolvimento e investimento em ações específicas para propiciar a essas mulheres um exercício da sexualidade de maneira informada, agradável e segura.

Como pontuam Faccini e Barbosa (2006, p. 11): “poder estimar o tamanho da população homossexual feminina, conhecer aspectos relacionados a crenças, atitudes e práticas vinculadas à saúde e à sexualidade, assim como identificar suas demandas e necessidades de cuidado, constitui, sem dúvida, um ponto de partida

para a formulação de políticas públicas voltadas para esse grupo.”. Essa prerrogativa continua válida e necessária no atual cenário da Saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.. **Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2009, v. 19, n. 2

ALVARENGA, A.T. **Abordagem de Gênero na Área de Saúde Sexual e Reprodutiva e sua contribuição para investigações no campo da Saúde Pública.** [Texto elaborado e apresentado na prova escrita do Concurso de Livre Docência na FSP/USP em 05/02/2013]

ANDRADE, Juliane et al. **Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 10 BOZON, Michel. **A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas.** Em Heilborn, M. L. (org.). Família e sexualidade (pp. 119-153). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CARVALHO, Angelita Alves de e BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 09

CARVALHO, P. G. C. **Homoparentalidade feminina: nuances da assistência à saúde durante a concepção gravidez, parto e pós-parto.** Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2018

CARVALHO, Patrícia Maria Gomes de et al. **Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo.** Online Brazilian Journal of Nursing, v. 12, n. 4, p. 931-941, 2013 Tradução.

CASSAL, Luan Carpes Barros, BELLO, Héder Lemos e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Enfrentamento à LGBTifobia, Afirmação Ético-política e**

Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3 [Acessado 19 Abril 2023], e228516.

CECÍLIO, Mariana Silva and SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Adoção por casais do mesmo sexo na perspectiva de profissionais do Sistema Judiciário.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2022, v. 39

CORREA, S.; Alves, J.E.; JANNUZZI, P.M. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores.** In: Cavenaghi, S. (org.), Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** São Paulo: Garamond Universitária. 2005

FACCHINI R, BARBOSA R. **Dossiê saúde mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade.** Belo Horizonte: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** 18ª ed. São Paulo: Graal Editora, 2007. Publicação original 1976

FRY, Peter & MACRAE, Edward. 1985. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense. 128 p.

FURUKAWA, Letícia Yuki de Araujo; PESSOA, Alex Sandro Gomes; KOMATSU, André Vilela. **Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social.** Paidéia (Ribeirão Preto, Online) ; 2022.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira e MATTOS, Amana Rocha. **“Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe3

GOMES, Joao Antônio Smania; TESSER JUNIOR, Zeno Carlos. **Experiencias de médicos de familia y comunitarios en el cuidado de la salud de los pacientes**

lesbianas, gays, bissexuais y personas transexuales. Rev. bras. med. fam. comunidade ; 17(44): 2407, 20220304. tab

GOMES, Romeu. **Narrativas do movimento homossexual brasileiro sobre a saúde de gays e lésbicas.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2022, v. 27, n. 02

IGNACIO, Mariana Alice de Oliveira et al. **Prevalência de vaginose bacteriana e fatores associados em mulheres que fazem sexo com mulheres.** Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. 2018, v. 26

LAURENTINO, Arnaldo Cesar Nogueira. **Análise do processo e dos conflitos éticos da implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município do Rio de Janeiro.** 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MAIA, Mariana Cotta; PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos; SALLES, Roberto de Souza; PASSOS, Mauro Romero Leal. **Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres a partir de 50 anos de idade: análise retrospectiva de 2000 a 2017 em serviço público de referência em Niterói,** Rio de Janeiro DST j. bras. doenças sex. transm ; 32: 1-5, 2020.

MONTES, Gabriel Gallego e AGUIRRE, Sebastián Giraldo. **Iniciação sexual em mulheres com práticas homoeróticas na região cafeeira da Colômbia.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2016, v. 00, n. 22

MORA, Claudia Mercedes e MONTEIRO, Simone. **Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids.** Revista Estudos Feministas [online]. 2013, v. 21, n. 3 pp. 905-926.

OLIVEIRA, Leandro de e BARRETO, Thiago Camargo. **Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2019, n. 33

OLIVEIRA, Romilda Sérgia de. **O corpo feminino: erotização e objetificação.** Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, Edição Especial, março de 2018

PARENTI, Ana Beatriz Henrique et al. **Conhecimento de mulheres que fazem sexo com mulheres sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2023, v. 28, n. 01

RODRIGUES, Julliana Luiz. **Lésbicas e mulheres bissexuais: uma leitura interseccional do cuidado à saúde.** 2018. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.5.2019.tde-21032019-105431.

RUFINO, Andréa Cronemberger et al. **Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014. Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. 2018, v. 27, n. 4 [Acessado 19 Abril 2023], e2017499.

SANTOS, Antonio César de Holanda e MENEZES, Jaileila de Araújo. **Gênero e Psicologia: Experimentações Discursivas na Produção do Conhecimento sobre a Homossexualidade.** *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2022, v. 42

SANTOS, José Victor de Oliveira et al. **Conservadorismo, posicionamento político e preconceito contra casais adotivos homossexuais.** *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 23, n. 1, p. 57-66, março de 2018. . . <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180007>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2):71-99, 1995

SILVA, Cristiane G. da. **Sexualidade e diversidade sexual: diferenças, hierarquias e resistências.** In: Daniela Finco; Adalberto de Santos Souza; Nara Rejane Cruz de Oliveira. (Org.). *Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente*. 1aed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, v. 1, p. 105-132.

SILVA, Gabriela Boldrini da; MENANDRO, Maria Cristina Smith. **Sobre o amor entre mulheres: apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade.** *Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora)* ; 14(2): 1-23, maio-ago. 2021.

SILVA Luévanos, BENJAMÍN Emanuel. **Efectos en el afrontamiento y soporte social ante la revelación de la homosexualidad a la familia: estudio comparativo en gays y lesbianas.** *Rev. Psicogente* ; 21(40): 321-336, jul.-dic. 2018. *tab*

TEIXEIRA, Helberth Henrique Miranda. **Representações sociais das mulheres homossexuais sobre DST: implicações para às práticas preventivas** Rio de Janeiro; s.n; ago. 2014. 198 f p. tab, graf.

TREVISAN, João Silvério. 2011. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** 8ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record. 588 p.